

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ESCOLA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO E FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA ENAMAT/IPEA 1/2019
SELEÇÃO E RECRUTAMENTO DE MAGISTRADOS E ACESSO À JUSTIÇA DO TRABALHO

**PERFIL DOS CANDIDATOS APROVADOS NO PRIMEIRO
CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO DA MAGISTRATURA DO TRABALHO**

Relatório de pesquisa apresentado como primeiro produto do TED ENAMAT/IPEA 1/2019, sob responsabilidade técnica de Alexandre dos Santos Cunha (coordenador), André Gambier Campos, Adriana Avelar Alves, Carla Rodrigues Costa de Araújo, Fernando de Castro Fontainha, Isaac Costa Reis e Luciana Barbosa Musse.

Brasília, novembro de 2019

Sumário

1. Apresentação	3
2. Metodologia	5
3. Perfil social, educacional e laboral dos aprovados	9
4. Trajetória laboral dos aprovados	18
5. Chances e probabilidades de aprovação no concurso, de acordo com o perfil social, educacional e laboral dos candidatos	25
6. Considerações finais	33
7. Bases de dados	35
8. Referências bibliográficas	36
9. Apêndice – Custos financeiros para a aprovação no concurso	39

1. Apresentação

Este relatório é um dos resultados do projeto de pesquisa *Seleção e Recrutamento de Magistrados e Acesso à Justiça do Trabalho*, desenvolvido em conjunto pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), vinculada ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O propósito específico deste relatório é descrever empiricamente o perfil dos candidatos aprovados no 1º Concurso Público Nacional Unificado da Magistratura do Trabalho (doravante CPNU), que foi organizado pela ENAMAT com o intuito de selecionar candidatos ao cargo de Juiz Substituto do Trabalho.

Esse concurso, cuja realização teve início em agosto de 2017, foi o primeiro da história da Justiça do Trabalho com um alcance efetivamente nacional. Até então, os concursos públicos para esse cargo sempre se caracterizaram por uma feição regional, sendo organizados pelos Tribunais Regionais do Trabalho.

Diante do seu ineditismo, o CPNU surge como um objeto muito relevante para a compreensão dos magistrados que, essencialmente, serão os responsáveis por delinear o futuro da Justiça do Trabalho nas próximas décadas.

Dessa maneira, este relatório preocupa-se em descrever o perfil dos candidatos aprovados em tal concurso, o que é realizado ao longo das seguintes seções:

a) Na seção 2, que possui um escopo metodológico, são apresentadas as fontes de informações utilizadas (sete fontes de variadas naturezas e distintas origens), bem como as técnicas de análise aplicadas (técnicas estatísticas descritivas e correlacionais);

b) Na seção 3, que conta com uma perspectiva latitudinal (*cross-section analysis*), são descritos atributos sociais, educacionais e laborais dos candidatos aprovados no CPNU em 2017 – como, por exemplo: região geográfica de origem, sexo, idade, cor/raça, estado civil e estrato social da família;

c) Na seção 4, que utiliza uma perspectiva longitudinal (*panel analysis*), são descritas as trajetórias laborais dos candidatos aprovados nos últimos dez anos (de 2008 a 2017) – incluindo, por exemplo: se trabalharam anteriormente, se trabalharam como assalariados ou como pessoas jurídicas, qual o salário ou remuneração obtido e assim por diante;

d) Na seção 5, que faz uso de uma perspectiva correlacional, são apresentadas chances e probabilidades de aprovação no CPNU, de acordo com os atributos sociais, educacionais e laborais dos candidatos em 2017 – basicamente, a ideia é verificar quais atributos foram decisivos para aumentar ou diminuir as chances e as probabilidades de aprovação.

Ao término deste relatório, há algumas considerações finais, que resumem os principais achados empíricos da pesquisa; há também uma compilação de referências bibliográficas, sobre vários dos temas aqui tratados; bem como há informações preliminares sobre os custos financeiros dos candidatos para a aprovação no CPNU, que ainda serão objeto de futuro relatório de pesquisa.

2. Metodologia

Este relatório efetua uma descrição do perfil dos candidatos aprovados no CPNU. Esse perfil envolve os atributos sociais, educacionais e laborais dos candidatos em 2017, bem como as características de suas trajetórias laborais entre 2008 e 2017. E, para realizar tal descrição, este relatório mobiliza sete diferentes bases de dados:

- a) Registros administrativos dos candidatos inscritos no CPNU, disponibilizados pela ENAMAT-TST (RA/ENAMAT-TST);
- b) Relação Anual de Informações Sociais da Secretaria de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (RAIS/SPT-ME);
- c) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Economia (CNPJ/SRF-ME);
- d) Censo Demográfico – Universo – do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (CD/IBGE);
- e) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Anual e Contínua – do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE);
- f) Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (CNEFE/IBGE);
- g) Diretório Nacional de Endereços da Empresa de Correios e Telégrafos (DNE/ECT).

A base RA/ENAMAT-TST disponibiliza informações sociais e educacionais dos candidatos inscritos no CPNU, tais como região de residência, sexo, idade, cor/raça, estado civil, nacionalidade, deficiência e grau de instrução em 2017. Adicionalmente, oferece informações sobre o desempenho dos candidatos em cada etapa e no conjunto do concurso (tais como nota obtida, aprovação, concorrência por meio de vagas reservadas etc.).

A base RAIS/SPT-ME proporciona informações sobre os candidatos que se inseriram no mercado de trabalho assalariado e registrado (ou seja, que obtiveram empregos formais) em algum momento entre 2008 e 2017. Há informações sociais

(sexo, idade, instrução, cor/raça etc.) e laborais (setor e classificação de ocupação, espécie e duração de vínculo, tipo de instituição e endereço de trabalho, salário auferido etc.).

A base CNPJ/SRF-ME apresenta informações dos candidatos que optaram por trabalhar como pessoas jurídicas (sócios de empreendimentos como escritórios de advocacia, por exemplo) em algum momento entre 2008 e 2017. Há informações laborais como data de abertura do empreendimento, localização do empreendimento, setor de atividade do empreendimento, número de sócios do empreendimento e assim por diante.

A base CD/IBGE contém informações sobre as áreas em que residem os candidatos, no ano de 2010. A partir de uma concatenação desta base com a CNEFE/IBGE, a DNE/ECT e a própria RA/ENAMAT-TST, é possível chegar a informações sobre o estrato social a que pertencem os candidatos (estrato definido em termos de níveis de rendimentos prevalentes nos setores de residência de suas famílias).

Finalmente, a base PNAD/IBGE dispõe de informações laborais dos candidatos que optaram por trabalhar como pessoas jurídicas (por exemplo, como sócios advocatícios) em algum momento entre 2008 e 2017. Mais especificamente, informações sobre os rendimentos auferidos por esses candidatos, na condição de pessoa jurídica (o que não consta da base CNPJ/SRF-ME).

Há mais informações sobre essas bases de dados na seção final deste relatório (inclusive *links* de acesso a versões públicas de cada uma delas). Mas é importante sublinhar alguns aspectos:

a) Todas as bases consistem em registros administrativos (produzidos por distintos órgãos ou entidades do Estado brasileiro, com o intuito de apoiar diretamente variadas políticas públicas). As exceções são as bases CD/IBGE e PNAD/IBGE (produzidas pelo IBGE, apenas com o intuito de coletar informações sociais e laborais sobre a população brasileira – ainda que, indiretamente, essas informações também apoiem diversas políticas públicas);

b) Em termos de unidades de análise, todas as bases são processadas no nível mais desagregado possível (ou seja, tratam-se de bases de *microdados*, propriamente ditas, com informações de indivíduos específicos, domicílios específicos, empreendimentos específicos etc.);

c) Todas as bases são processadas de maneira identificada (ou seja, é possível identificar suas unidades de análise – indivíduos, domicílios, empreendimentos etc.), a partir de distintas chaves (por exemplo, o CPF dos indivíduos, o CEP dos domicílios, o CNPJ dos empreendimentos e assim por diante);

d) Como todas as bases são processadas no nível mais desagregado, bem como todas são processadas de maneira identificada, torna-se possível concatena-las em uma única base de dados, com informações sociais e laborais dos indivíduos, dos seus domicílios e dos seus empreendimentos;

e) Todas as bases são processadas com o *software Stata*, em sua versão 14.2, por vezes fazendo uso de ferramentas como *ftools* ou *gtools*, que permitem o processamento de bases com elevado número de casos e de variáveis;

f) Todas as informações que se referem a valores monetários (salários pagos aos empregados, remunerações auferidas pelos ocupados, rendimentos registrados nos setores de residências e outras mais) são atualizadas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (modalidade geral) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA-Geral/IBGE), para unidades monetárias (reais – R\$) de abril de 2019.

Por fim, no que se refere não às bases de dados, mas sim às técnicas de análise utilizadas, pode-se dizer que elas são bastante simples e conhecidas. Por um lado, para a construção dos perfis dos candidatos aprovados no CPNU (em termos de atributos sociais, educacionais e laborais), bem como para a construção das suas trajetórias (em termos de atributos laborais), as técnicas usadas são meramente as da estatística descritiva, aplicadas com uma perspectiva latitudinal ou, então, longitudinal. Essas técnicas resultam em distribuições de frequência de variáveis categóricas, bem como

em medidas de centralidade e dispersão de variáveis numéricas (média e desvio-padrão, por exemplo).

Por outro lado, para o cálculo das chances e probabilidades de aprovação no CPNU, levando em consideração os atributos sociais, educacionais e laborais dos candidatos, as técnicas usadas são de estatística correlacional, como as regressões logísticas. Essencialmente, procura-se estimar as chances e probabilidades de cada candidato ser aprovado no concurso, dadas as suas características – como, por exemplo, sexo, idade, cor/raça, instrução, classe social, experiência laboral em geral, no setor público, no próprio Poder Judiciário etc. Com as regressões logísticas, todas essas características são consideradas conjunta e simultaneamente, de forma que é possível estimar o efeito único de cada uma delas nas chances e probabilidades, excluindo o efeito das demais.

3. Perfil social, educacional e laboral dos aprovados

Nesta seção, apresenta-se o perfil social, educacional e laboral dos candidatos aprovados no CPNU – perfil construído somente a partir de informações latitudinais (*cross-section data*).

Como pode ser visto na tabela 1 e nos gráficos 1 a 5, o perfil social dos aprovados no CPNU é o de candidatos provenientes das regiões sudeste e sul (66,4% dos aprovados), com idades entre 27 e 31 anos (52,4%), não negros (83,0%)¹, solteiros (56,8%), não portadores de deficiência (98,7%), brasileiros (100,0%) e pertencentes a estratos mais elevados da estrutura social (63,3% com rendimento individual médio, no setor de residência de sua família, de R\$ 2.666,16 ou mais).

Ressalte-se que, em termos de sexo, não há um perfil típico definido, pois registra-se uma proporção quase igual entre aprovados do sexo masculino e feminino (48,9% e 51,1%, respectivamente).

Tabela 1 - Perfil social dos candidatos aprovados

Região geográfica de residência	Nº	%
Norte	12	5,2
Nordeste	45	19,7
Sudeste	94	41,1
Sul	58	25,3
Centro-Oeste	20	8,7
Total	229	100,0
Sexo	Nº	%
Feminino	117	51,1
Masculino	112	48,9
Total	229	100,0

¹ Os candidatos não negros incluem os autoidentificados como brancos e amarelos; ao passo que os candidatos negros incluem os autoidentificados como pretos, pardos e indígenas.

Idade	Nº	%
Até 31 anos	137	59,8
32 anos ou +	92	40,2
Total	229	100,0
Cor/Raça	Nº	%
Negro	39	17,0
Não negro	190	83,0
Total	229	100,0
Deficiência	Nº	%
Não deficiente	226	98,7
Deficiente	3	1,3
Total	229	100,0
Estado civil	Nº	%
Solteiro/Separado/Divorciado/Viúvo	130	56,8
Casado	99	43,2
Total	229	100,0
Nacionalidade	Nº	%
Brasileiro	229	100,0
Estrangeiro	0	0,0
Total	229	100,0
Rendimento individual médio no setor de residência familiar	Nº	%
Até R\$ 1.454,65	30	14,7
De R\$ 1.454,66 a R\$ 2.666,15	45	22,1
De R\$ 2.666,16 a R\$ 4.569,89	54	26,5
R\$ 4.569,90 ou +	75	36,8
Total	204	100,0

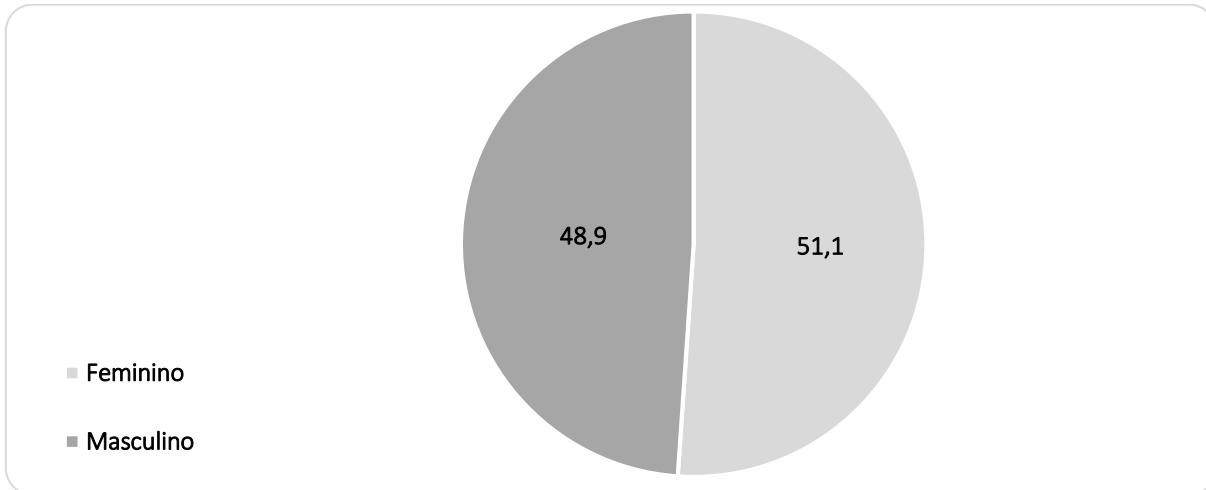
Fonte: Microdados do RA/ENAMAT-TST, do CD/IBGE, do CNEFE/IBGE e do DNE/ECT.

Gráfico 1 - Perfil social dos candidatos aprovados - região geográfica de residência (%)



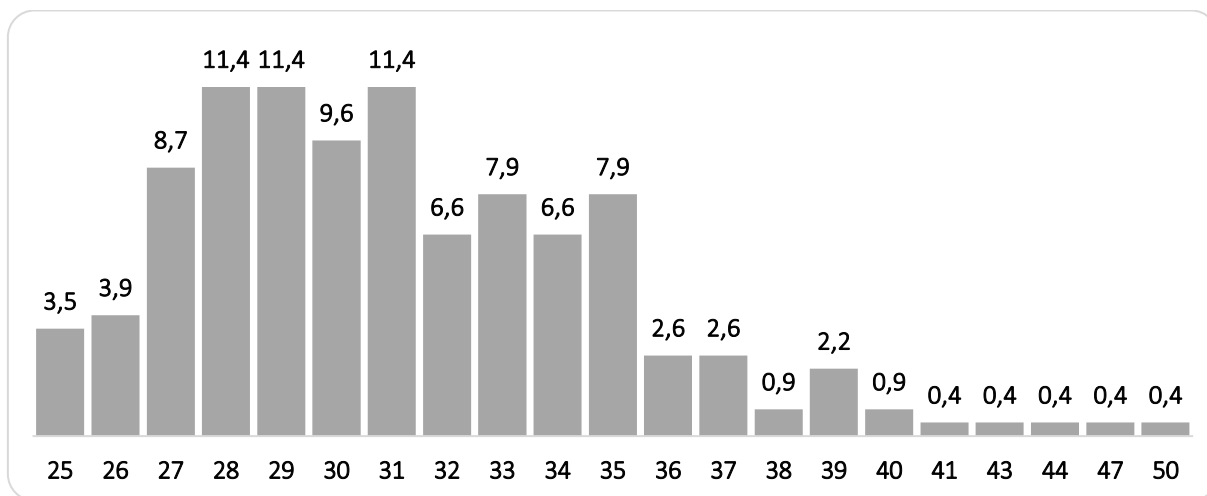
Fonte: Microdados do RA/ENAMAT-TST, do CD/IBGE, do CNEFE/IBGE e do DNE/ECT.

Gráfico 2 - Perfil social dos candidatos aprovados - sexo (%)



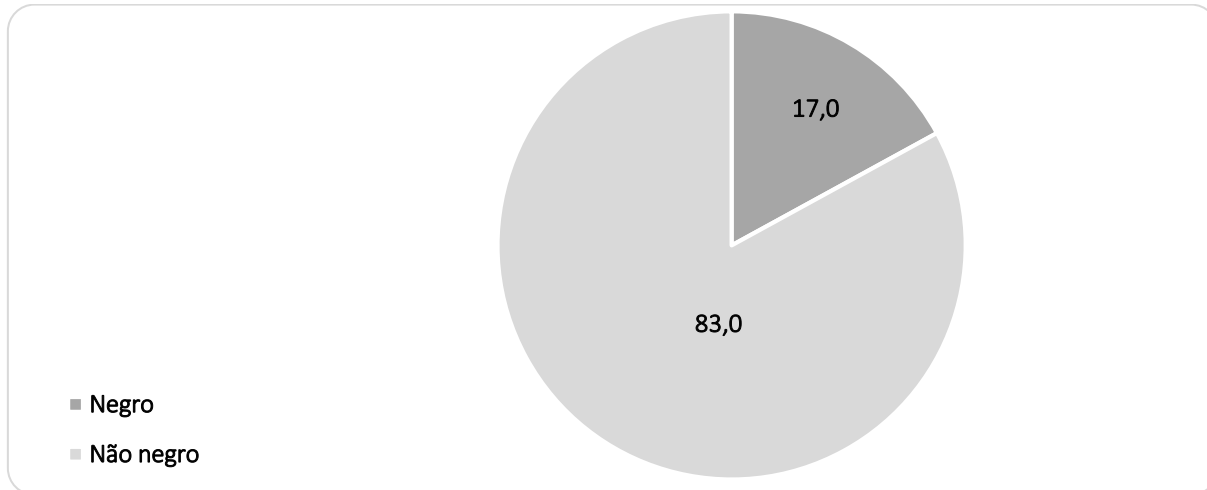
Fonte: Microdados do RA/ENAMAT-TST, do CD/IBGE, do CNEFE/IBGE e do DNE/ECT.

Gráfico 3 - Perfil social dos candidatos aprovados - idade (%)



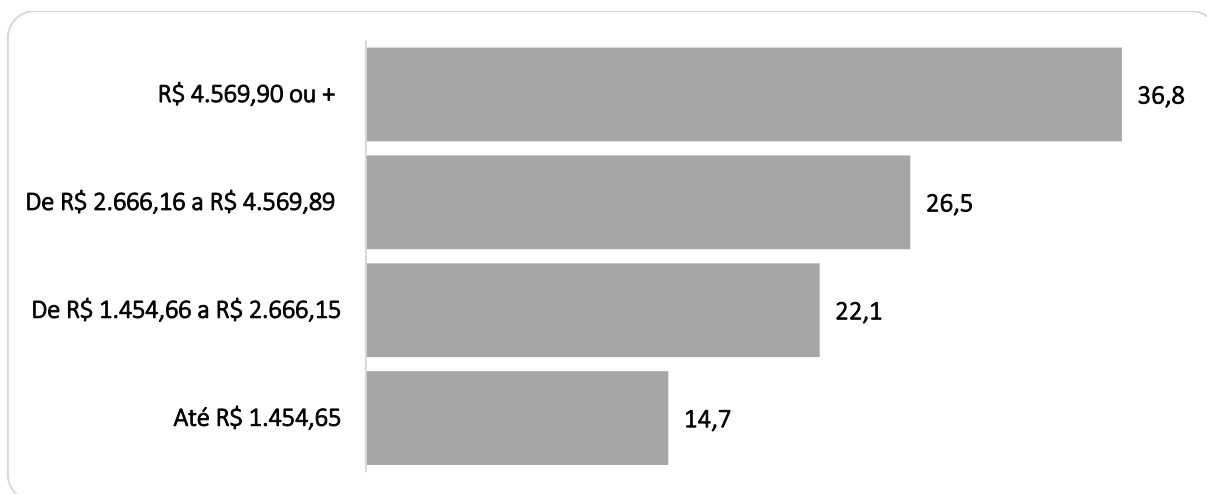
Fonte: Microdados do RA/ENAMAT-TST, do CD/IBGE, do CNEFE/IBGE e do DNE/ECT.

Gráfico 4 - Perfil social dos candidatos aprovados – cor/raça (%)



Fonte: Microdados do RA/ENAMAT-TST, do CD/IBGE, do CNEFE/IBGE e do DNE/ECT.

Gráfico 5 - Perfil social dos candidatos aprovados – rendimento individual médio no setor de residência da família (%)



Fonte: Microdados do RA/ENAMAT-TST, do CD/IBGE, do CNEFE/IBGE e do DNE/ECT.

O perfil educacional dos aprovados no CPNU é o de candidatos que, posteriormente à graduação em direito, dedicaram-se à pós-graduação *lato sensu* (74,2% deles possuem o título de especialista).

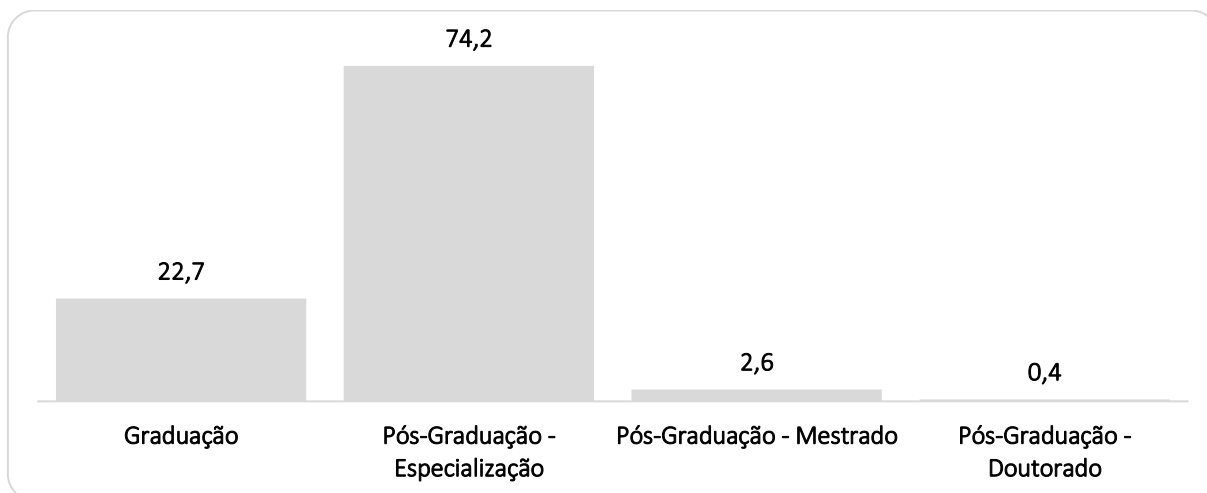
É interessante perceber que a pós-graduação *stricto sensu* não integra o perfil típico dos aprovados: apenas 3,0% deles possuem o título de mestre ou doutor, conforme pode ser examinado na tabela 2 e no gráfico 6.

Tabela 2 - Perfil educacional dos candidatos aprovados

Nível de instrução	Nº	%
Graduação	52	22,7
Pós-Graduação - Especialização	170	74,2
Pós-Graduação - Mestrado	6	2,6
Pós-Graduação - Doutorado	1	0,4
Total	229	100,0

Fonte: Microdados do RA/ENAMAT-TST.

Gráfico 6 - Perfil educacional dos candidatos aprovados (%)



Fonte: Microdados do RA/ENAMAT-TST.

As informações da tabela 3 e dos gráficos 7 a 9 mostram que o perfil laboral dos aprovados no CPNU é o de candidatos com experiência prévia como assalariados entre os anos de 2008 e 2017 (84,3% dos aprovados). E, vale acrescentar, como assalariados do setor público (69,9%) e, mais especificamente, do próprio Poder Judiciário (estadual ou federal, comum ou especializado – incluindo a Justiça do Trabalho – 62,1%).

Ao contrário da experiência assalariada, a experiência prévia como pessoa jurídica (como sócio de escritórios de advocacia, por exemplo) não integra o perfil típico dos aprovados, pois somente 10,9% deles já trabalharam nessa condição. Mencione-se que os que trabalharam de modo simultâneo como assalariados e, também, como pessoa jurídica correspondem a apenas 8,3% dos aprovados.

De toda maneira, o importante a sublinhar é que, tipicamente, os aprovados apresentaram alguma experiência laboral prévia no período entre 2008 e 2017 (os dez anos anteriores ao CPNU). Aqueles que, antes do concurso, não possuíam qualquer inserção registrada no mundo do trabalho (como assalariados ou como pessoas jurídicas) consistem em somente 14,0% dos aprovados².

² Outro aspecto relevante a destacar é que a experiência laboral prévia no período entre 2008 e 2017 nem sempre ocorreu em empregos ou ocupações que demandavam nível superior completo. Em meio aos que

Tabela 3 - Perfil laboral dos candidatos aprovados

Experiência laboral prévia como assalariado nos últimos dez anos	Nº	%
Sem experiência como assalariado	36	15,7
Com experiência como assalariado	193	84,3
Total	229	100,0

Experiência laboral prévia como assalariado no setor público nos últimos dez anos	Nº	%
Sem experiência como assalariado no setor público	69	30,1
Com experiência como assalariado no setor público	160	69,9
Total	229	100,0

Experiência laboral prévia como assalariado no Poder Judiciário (fed. ou est.) nos últimos dez anos	Nº	%
Sem experiência como assalariado no Judiciário	87	37,9
Com experiência como assalariado no Judiciário	142	62,1
Total	229	100,0

Experiência laboral prévia, como assalariado, em emprego de nível superior, nos últimos dez anos	Nº	%
Sem experiência em emprego de nível superior	130	56,8
Com experiência em emprego de nível superior	99	43,2
Total	229	100,0

trabalharam como assalariados, somente 43,2% estiveram, em algum momento desse período, em empregos típicos de nível superior. Já em meio aos que trabalharam como assalariados ou como pessoas jurídicas, essa porcentagem correspondeu a apenas 44,1%.

Jornada semanal média na experiência laboral prévia como assalariado dos últimos dez anos	Nº	%
Até 39,9 horas semanais	86	37,6
40,0 horas semanais ou +	143	62,5
Total	229	100,0

Experiência laboral prévia como PJ nos últimos dez anos	Nº	%
Sem experiência como PJ	204	89,1
Com experiência como PJ	25	10,9
Total	229	100,0

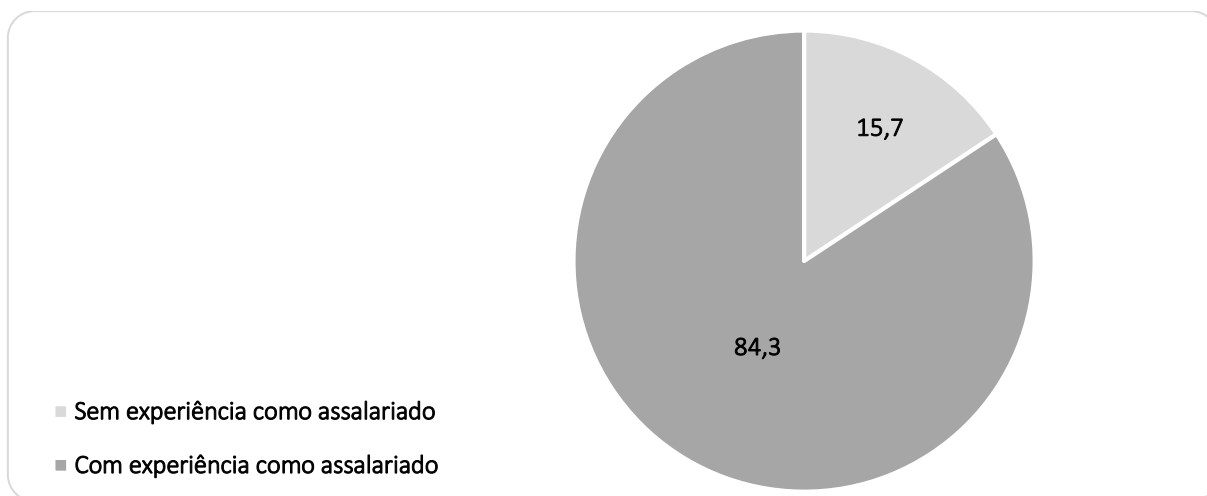
Experiência laboral prévia simultânea (como assalariado e como PJ) nos últimos dez anos	Nº	%
Não trabalhou simultaneamente	210	91,7
Trabalhou simultaneamente	19	8,3
Total	229	100,0

Experiência laboral prévia como assalariado ou como PJ nos últimos dez anos	Nº	%
Sem qualquer experiência laboral	32	14,0
Com alguma experiência laboral (como assalariado ou PJ)	197	86,0
Total	229	100,0

Experiência laboral prévia, como assalariado ou como PJ, em ocupação de nível superior, nos últimos dez anos	Nº	%
Sem experiência em ocupação de nível superior	128	55,9
Com experiência em ocupação de nível superior	101	44,1
Total	229	100,0

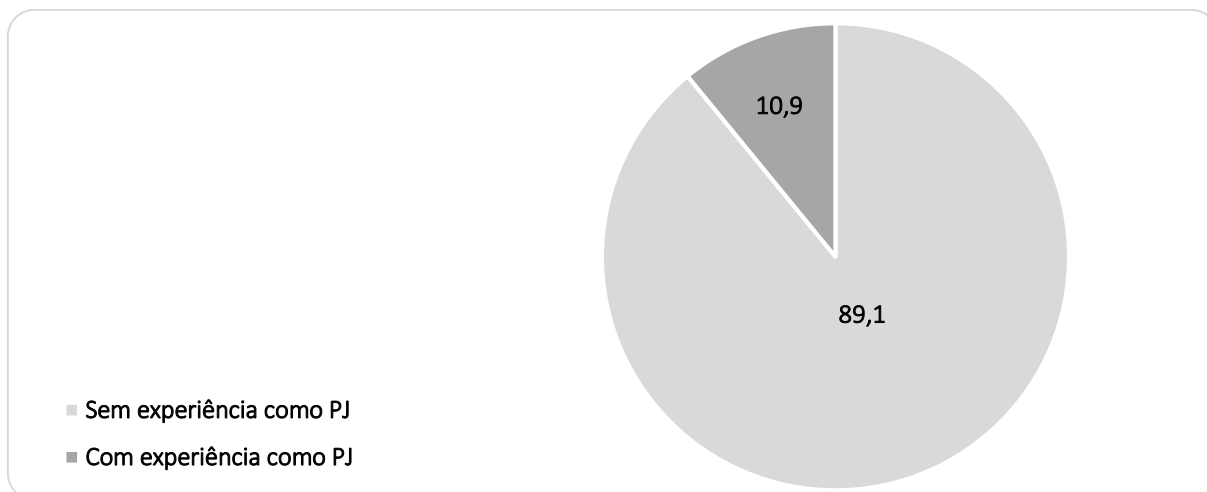
Fonte: Microdados do RA/ENAMAT-TST, da RAIS/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.

Gráfico 7 - Perfil laboral dos candidatos aprovados - experiência laboral prévia como assalariado nos últimos dez anos (%)



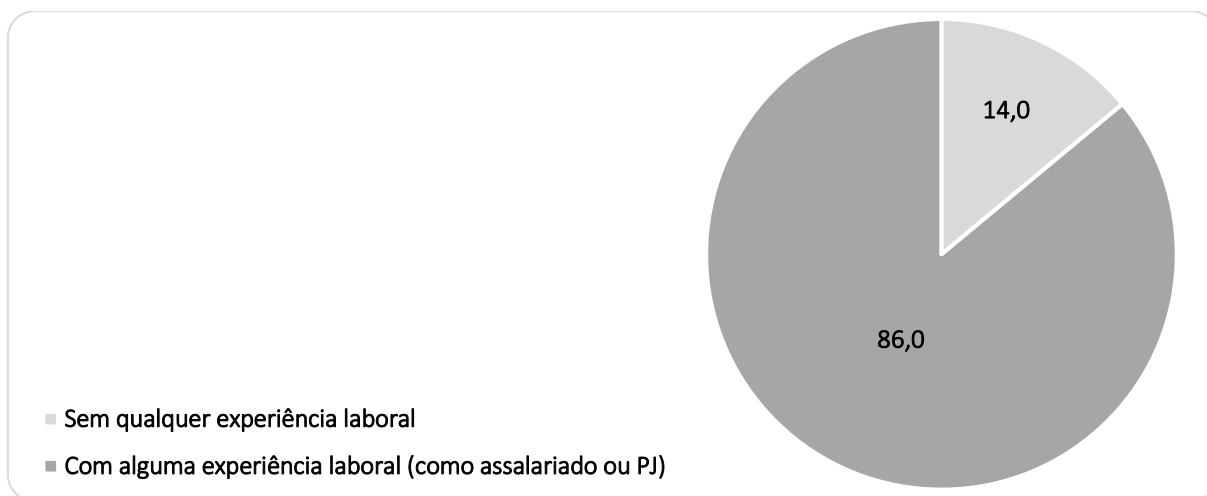
Fonte: Microdados do RA/ENAMAT-TST, da RAIS/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.

Gráfico 8 - Perfil laboral dos candidatos aprovados - experiência laboral prévia como PJ nos últimos dez anos (%)



Fonte: Microdados do RA/ENAMAT-TST, da RAIS/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.

Gráfico 9 - Perfil laboral dos candidatos aprovados - experiência laboral prévia como assalariado ou como PJ nos últimos dez anos (%)



Fonte: Microdados do RA/ENAMAT-TST, da RAIS/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.

4. Trajetória laboral dos aprovados

Nesta seção, apresentam-se as trajetórias laborais dos aprovados no CPNU – trajetórias percorridas nos últimos dez anos (de 2008 a 2017). Para tanto, recorre-se a informações longitudinais (*panel data*), dispostas nos gráficos 10 a 17 e na tabela 4, que confirmam muito do constatado acima, na análise do perfil laboral desses candidatos.

Em meio aos aprovados, a experiência laboral assalariada aumenta seguidamente entre 2008 e 2017, alcançando 73,4% desses indivíduos no último ano. Cresce também a experiência como pessoa jurídica (sócio advocatício, por exemplo); mesmo assim, o percentual de aprovados nessa condição se limita a 10,9% em 2017. A experiência laboral simultânea, assalariada e pessoa jurídica, também aumenta reiteradamente no período de 2008 a 2017; mas a porcentagem de aprovados nessa situação restringe-se a 7,4% no último ano.

A experiência laboral dos aprovados no CPNU torna-se mais densa com o passar dos anos, pois o número médio de meses trabalhados, na condição de assalariados ou de pessoas jurídicas, sobre de 9,6 para 11,8 meses a cada ano entre 2008 e 2017. Ou seja, conforme decorre o tempo, os aprovados passam a contar com trajetórias laborais

mais densas, menos sujeitas a interrupções relacionadas a desemprego (ou simplesmente a inatividade laboral).

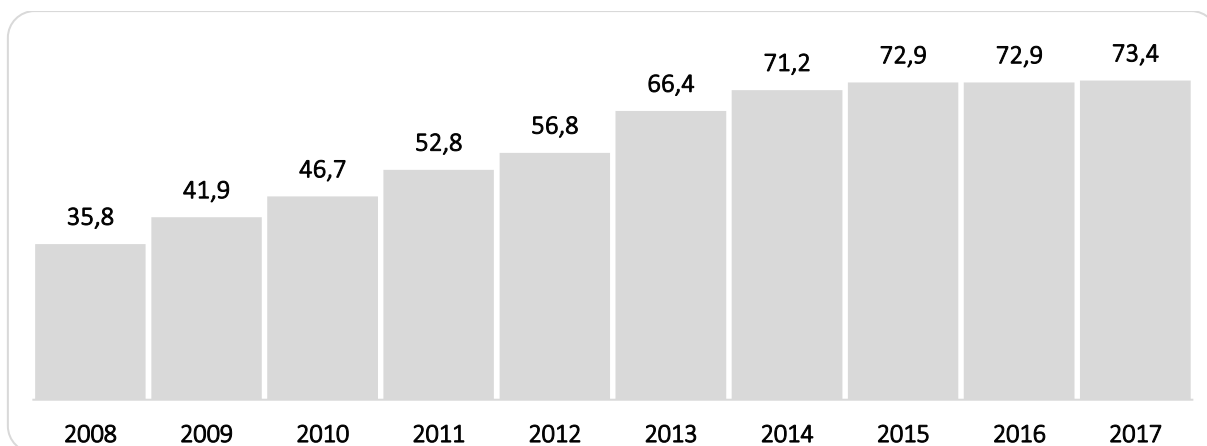
Especificamente junto aos aprovados em atividade laboral (como assalariados ou como pessoas jurídicas), a proporção daqueles vinculados ao setor público quase que só aumenta entre 2008 e 2017, chegando a 89,2% dos aprovados ativos neste último ano. E, dentro do setor público, o que se destaca é a proporção sempre crescente dos vinculados ao Poder Judiciário Federal (incluindo-se aí a Justiça do Trabalho), que passa de 22,1% em 2008 a 73,3% em 2017.

Paralelamente, no período entre 2008 e 2017, de forma quase contínua, o setor privado perde importância como fonte de atividade laboral dos aprovados no CPNU. E isso ocorre principalmente por conta daqueles vinculados (como assalariados ou como pessoas jurídicas) a empresas privadas, cuja relevância como fonte de atividade passa de 26,7% dos aprovados ativos em 2008 para apenas 9,1% em 2017.

Por fim, mencione-se que a experiência laboral dos aprovados torna-se mais valorizada com o passar dos anos, como mostra a evolução da média de salário e remuneração dos indivíduos entre 2008 e 2017. Em valores constantes (R\$ de abril de 2019), os empregados e os ocupados como pessoa jurídica mais que dobram seu salário/sua remuneração, que passa de R\$ 5,94 mil para R\$ 13,53 mil no período. Em uma média aritmética simples, isso corresponde a uma valorização real de nada menos que 9,8% ao ano³.

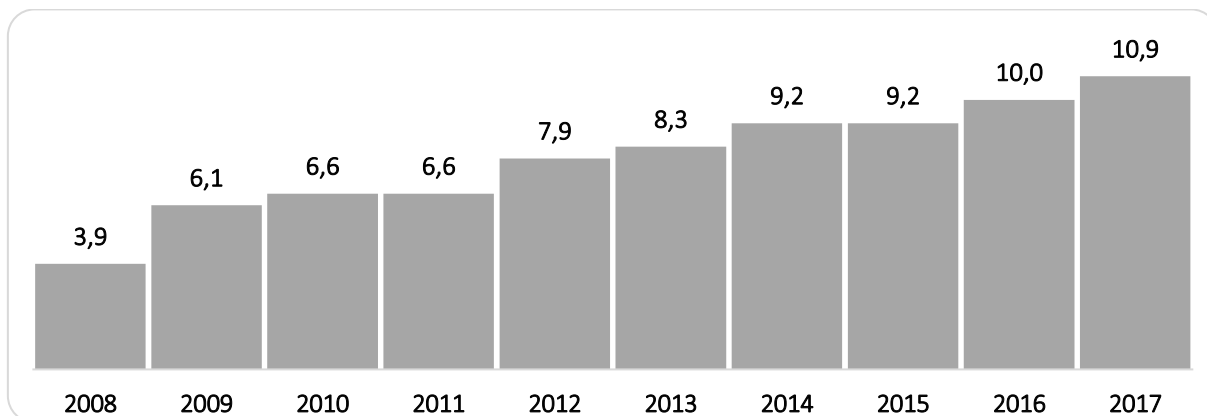
³ Note-se que, apesar dessa expressiva valorização real, mesmo no ano de 2017, o salário/a remuneração dos candidatos permanece bastante distante do valor do subsídio do cargo de Juiz Substituto do Trabalho (de R\$ 27,5 mil, conforme previsto pelo edital do CPNU em 2017).

Gráfico 10 - Trajetória laboral dos candidatos aprovados - se trabalhava como assalariado em cada um dos últimos dez anos (em %)*



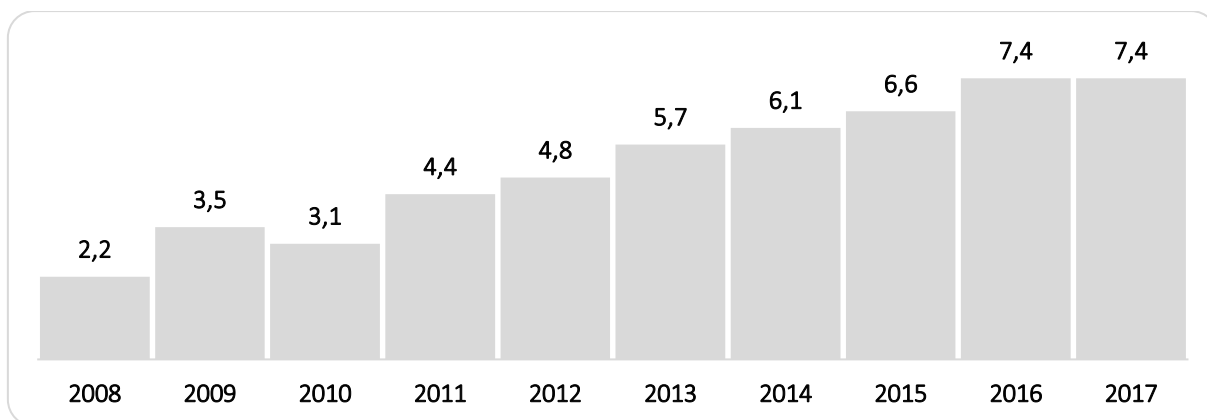
Nota (*): Considerando todos os candidatos aprovados. Fonte: Microdados do RA/ENAMAT-TST, da RAIS/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.

Gráfico 11 - Trajetória laboral dos candidatos aprovados - se trabalhava como PJ em cada um dos últimos dez anos (%)*



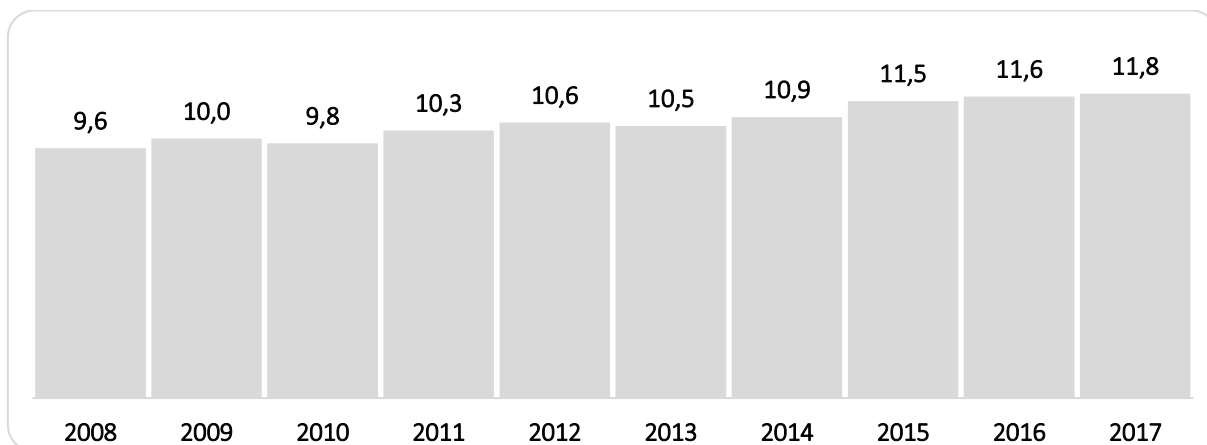
Nota (*): Considerando todos os candidatos aprovados. Fonte: Microdados do RA/ENAMAT-TST, da RAIS/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.

Gráfico 12 - Trajetória laboral dos candidatos aprovados - se trabalhava simultaneamente como assalariado e como PJ em cada um dos últimos dez anos (%)*



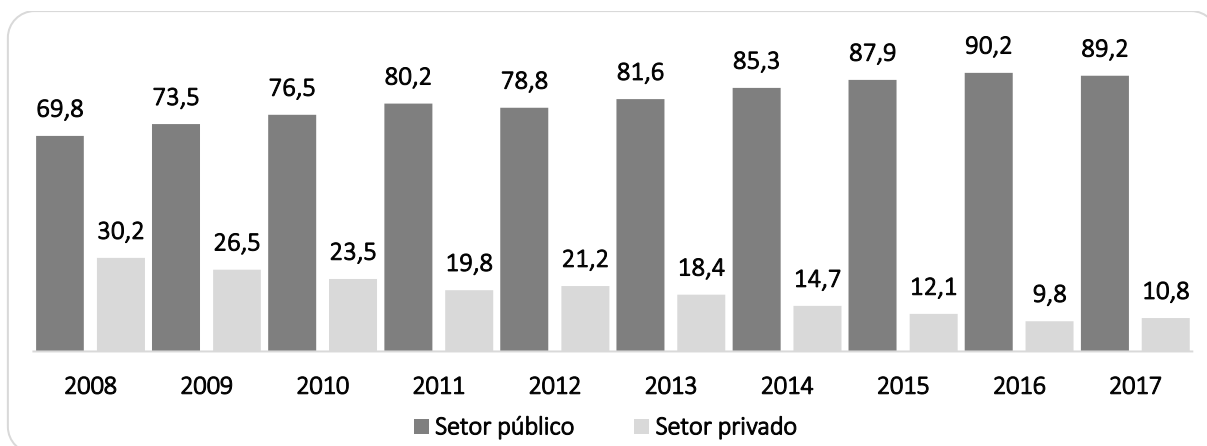
Nota (*): Considerando todos os candidatos aprovados. Fonte: Microdados do RA/ENAMAT-TST, da RAIS/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.

Gráfico 13 - Trajetória laboral dos candidatos aprovados - tempo médio em emprego ou ocupação em cada um dos últimos dez anos - assalariado ou PJ (em nº meses)*



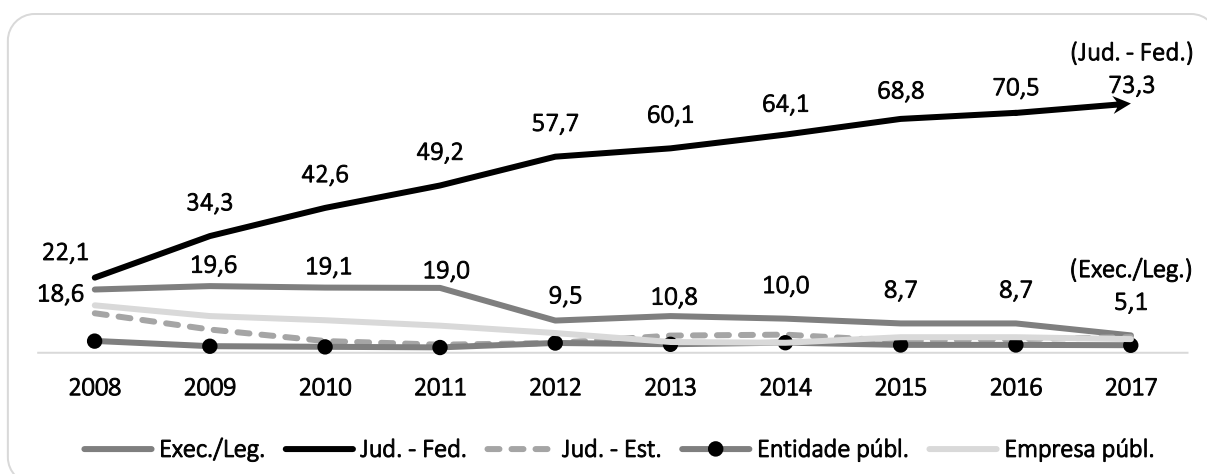
Nota (*): Considerando apenas os candidatos aprovados ativos (com emprego ou com ocupação como pessoa jurídica). Fonte: Microdados do RA/ENAMAT-TST, da RAIS/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.

Gráfico 14 - Trajetória laboral dos candidatos aprovados - natureza jurídica do estabelecimento em que trabalhava nos últimos dez anos – assalariado/PJ (%)*



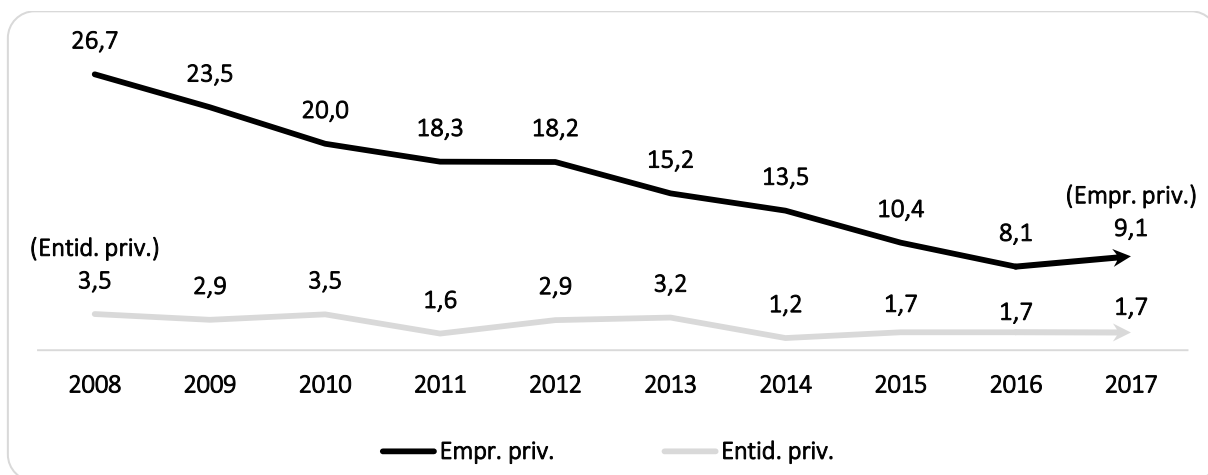
Nota (*): Considerando apenas os candidatos aprovados ativos (com emprego ou com ocupação como pessoa jurídica). Fonte: Microdados do RA/ENAMAT-TST, da RAIS/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.

Gráfico 15 - Trajetória laboral dos candidatos aprovados - natureza jurídica do estabelecimento em que trabalhava em cada um dos últimos dez anos – apenas setor público – assalariado ou PJ (%)*



Nota (*): Considerando apenas os candidatos aprovados ativos (com emprego ou com ocupação como pessoa jurídica). Fonte: Microdados do RA/ENAMAT-TST, da RAIS/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.

Gráfico 16 - Trajetória laboral dos candidatos aprovados - natureza jurídica do estabelecimento em que trabalhava em cada um dos últimos dez anos – apenas setor privado – assalariado ou PJ (%)*



Nota (*): Considerando apenas os candidatos aprovados ativos (com emprego ou com ocupação como pessoa jurídica). Fonte: Microdados do RA/ENAMAT-TST, da RAIS/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.

Tabela 4 - Trajetória laboral dos candidatos aprovados - evolução da média de salário/remuneração ao longo da experiência laboral (como assalariado ou PJ) em cada um dos últimos dez anos (em R\$ de abril/2019)*

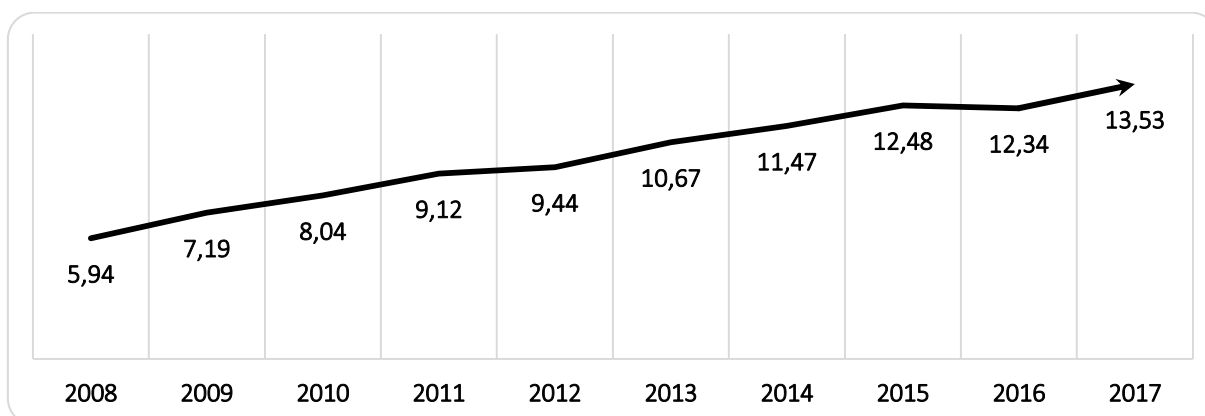
Evolução da média de salário/remuneração ao longo da experiência laboral		
	R\$	Variação (%)
2008	5.935,51	-
2009	7.192,26	21,2
2010	8.043,14	11,8
2011	9.123,96	13,4
2012	9.439,13	3,5
2013	10.665,57	13,0

2014	11.465,68	7,5
2015	12.479,14	8,8
2016	12.341,89	-1,1
2017	13.531,13	9,6

Média de salário/remuneração ao longo da experiência laboral		
	R\$	Variação (%)
Média (2008-17)	10.021,74	9,8

Nota (*): Considerando apenas os candidatos aprovados ativos (com emprego ou com ocupação como pessoa jurídica). Fonte: Microdados do RA/ENAMAT-TST, da RAIS/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.

Gráfico 17 - Trajetória laboral dos candidatos aprovados - evolução da média de salário/remuneração ao longo da experiência laboral (como assalariado ou PJ) em cada um dos últimos dez anos (em R\$ de abril/2019)*



Nota (*): Considerando apenas os candidatos aprovados ativos (com emprego ou com ocupação como pessoa jurídica). Fonte: Microdados do RA/ENAMAT-TST, da RAIS/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.

5. Chances e probabilidades de aprovação no concurso, de acordo com o perfil social, educacional e laboral dos candidatos

Nesta seção, são apresentadas as chances e as probabilidades de aprovação no CPNU, de acordo com os atributos sociais, educacionais e laborais dos candidatos. A ideia é verificar, a partir de uma perspectiva correlacional (com o uso de uma regressão logística), quais atributos se mostraram importantes para ‘explicar’ as chances e as probabilidades de aprovação.

Considerando uma significância estatística de 5,0%, percebe-se na tabela 5 que seis atributos influem de forma relevante nas chances de aprovação no concurso. Em meio aos atributos sociais e educacionais, se os candidatos são mais jovens em 2017 (até 31 anos de idade), as chances aumentam 4,2 vezes. Se eles possuem especialização (pós-graduação *lato sensu*), as chances crescem 1,5 vez. Por fim, se eles pertencem ao estrato social mais elevado (rendimento individual médio no setor de residência familiar de R\$ 4.569,90 ou mais), as chances sobem 2,0 vezes⁴.

Já em meio aos atributos laborais, se os candidatos trabalharam como assalariados no setor público em algum momento entre 2008 e 2017, as chances de aprovação no CPNU aumentam 1,9 vez. Se eles trabalharam como assalariados no Poder Judiciário em algum momento desse mesmo período, as chances crescem 3,0 vezes. Finalmente, se eles trabalharam com salário ou remuneração mais elevado (valores ‘acumulados’ de R\$ 278.332,01 ou mais entre 2008 e 2017), as chances sobem 2,4 vezes⁵.

A figura 1 apresenta as mesmas informações, não em termos de chances, mas sim em termos de probabilidades de aprovação, de acordo com os mesmos atributos dos candidatos. Os vários gráficos dentro da figura exibem curvas de densidade de

⁴ Quando o indicador da razão de chance é inferior a 1, realiza-se a interpretação inversa (dividindo 1 por este indicador = 1/razão de chance).

⁵ Considerando uma significância estatística de 10,0% (e não de 5,0%), nota-se na tabela 5 que outros atributos também influem de forma relevante nas chances de aprovação no CPNU. Em meio aos atributos sociais, se os candidatos são não negros, as chances se ampliam em 1,4 vez. Já em meio aos atributos laborais, se eles trabalharam como pessoa jurídica no período entre 2008 e 2017 (como sócios de escritórios de advocacia, por exemplo), as chances se reduzem em 1,6 vez.

probabilidade (Kernel), separadas para cada um dos atributos referidos. Em todos os gráficos, em maior ou menor medida, as curvas de densidade se descolam, pois os candidatos mais jovens, com especialização, do estrato social superior, com experiência prévia no setor público e no próprio Poder Judiciário e com salário/remuneração mais elevado apresentam maiores probabilidades de aprovação no CPNU.

A figura 2 e a tabela 6 exibem os resultados de alguns exercícios, baseados nas mesmas probabilidades de aprovação de cada um dos candidatos, mas categorizando estes últimos pelo 'acúmulo' dos atributos mencionados. Se, de maneira simultânea, os candidatos são mais jovens, possuem especialização, pertencem ao estrato social superior, têm experiência prévia no setor público e no próprio Poder Judiciário, com salário/remuneração mais elevado, as probabilidades de aprovação no CPNU são 57 vezes maiores que as probabilidades de candidatos que, também de modo simultâneo, não apresentam nenhum desses atributos sociais, educacionais e laborais.

Tabela 5 - Chances de aprovação no CPNU, de acordo com o perfil social, educacional e laboral dos candidatos

Regressão logística binomial	
Variável-resposta: Se o candidato foi aprovado no CPNU (habilitado na prova oral)	
Legenda:	
Razão de chance - estimativa pontual	
(Razão de chance - estimativa intervalar - 95,0%)	
[Probabilidade]	
Variáveis preditoras:	
Região (Norte / Nordeste)	0,960
	(0,492 - 1,874)
	[0,90]

Região (Norte / Sudeste)	1,026
	(0,547 - 1,927)
	[0,94]
Região (Norte / Sul)	1,608
	(0,835 - 3,096)
	[0,16]
Região (Norte / Centro-Oeste)	0,613
	(0,286 - 1,311)
	[0,21]
Sexo (Feminino / Masculino)	1,156
	(0,868 - 1,541)
	[0,32]
Idade (Até 31 anos / 32 anos ou +)	0,238
	(0,175 - 0,323)**
	[0,00]
Cor/Raça (Negro / Não negro)	1,381
	(0,940 - 2,028)
	[0,10]
Deficiente (Não / Sim)	0,749
	(0,235 - 2,388)
	[0,62]

Estado civil (Solteiro / Casado)	1,085
	(0,802 - 1,467)
	[0,60]
Instrução (Graduação / Especialização)	1,520
	(1,078 - 2,144)*
	[0,02]
Instrução (Graduação / Mestrado)	0,657
	(0,232 - 1,857)
	[0,43]
Instrução (Graduação / Doutorado)	1,655
	(0,217 - 12,607)
	[0,63]
Rendimento médio mensal no setor de residência (Até R\$ 1.454,65 / De R\$ 1.454,66 a R\$ 2.666,15)	1,296
	(0,808 - 2,078)
	[0,28]
Rendimento médio mensal no setor de residência (Até R\$ 1.454,65 / De R\$ 2.666,16 a R\$ 4.569,89)	1,347
	(0,850 - 2,134)
	[0,21]
Rendimento médio mensal no setor de residência (Até R\$ 1.454,65 / R\$ 4.569,90 ou +)	2,015
	(1,295 - 3,138)**

	[0,00]
Experiência como assalariado no setor público nos últimos dez anos (Não / Sim)	0,527
	(0,289 - 0,962)*
	[0,04]
Experiência como assalariado no Poder Judiciário nos últimos dez anos (Não / Sim)	3,036
	(1,719 - 5,361)**
	[0,00]
Experiência em ocupação PJ nos últimos dez anos (Não / Sim)	0,643
	(0,401 - 1,032)
	[0,07]
Experiência em ocupação de nível superior nos últimos dez anos (Não / Sim)	0,987
	(0,732 - 1,332)
	[0,93]
Remuneração total acumulada nos últimos dez anos (Até R\$ 278.332,00 / R\$ 278.332,01 ou +)	2,375
	(1,529 - 3,691)**
	[0,00]
Jornada de trabalho média como assalariado nos últimos dez anos (Até 39,9 hs / 40hs ou +)	1,102
	(0,799 - 1,518)

[0,55]

Notas:

* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$

Pseudo R² = 0,11

Log likelihood = -922,94

LR chi²(21) = 216,73

Prob > chi² = 0,0000

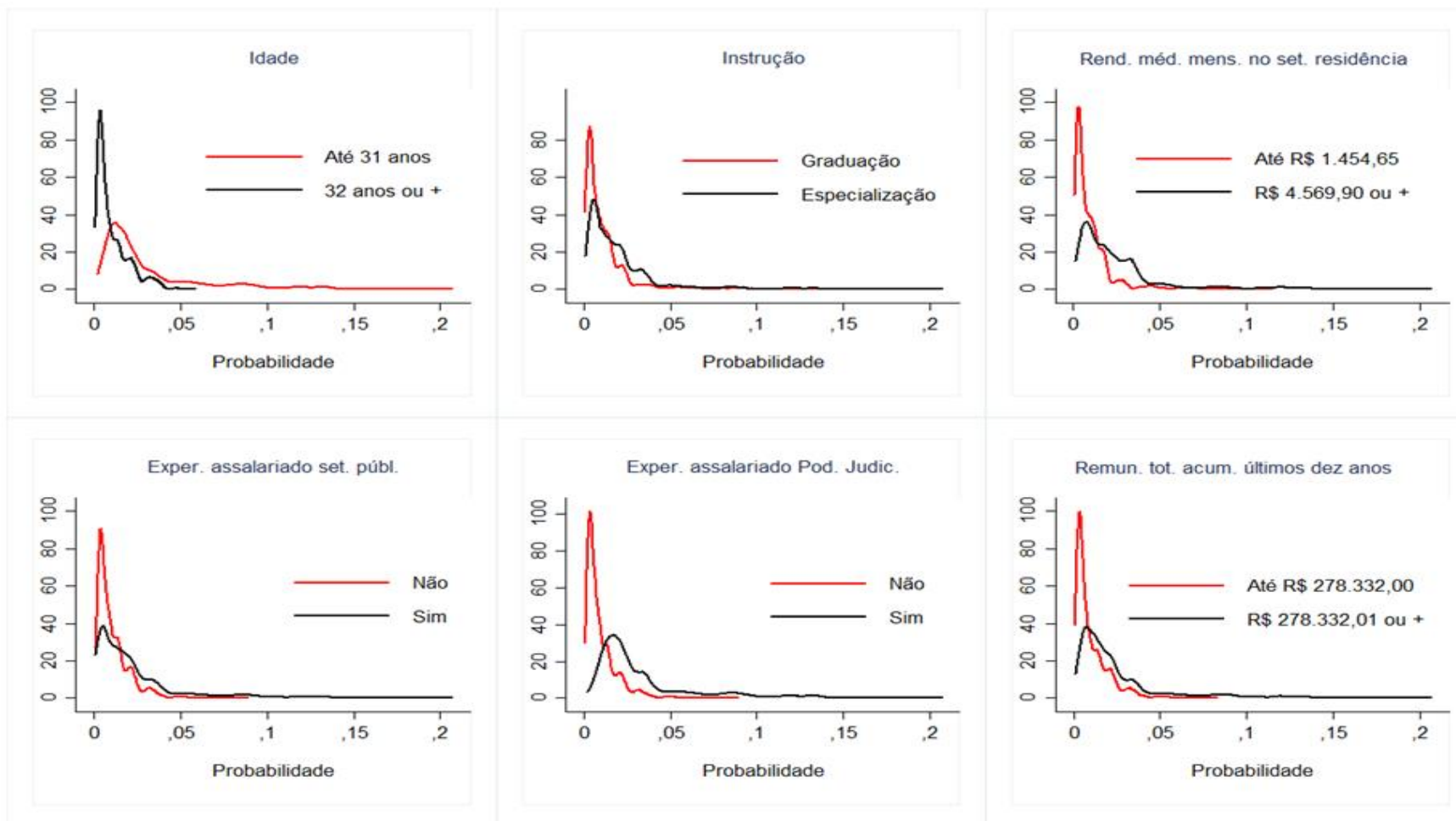
Correta classificação = 98,3%

Nº = 11.875

Todas as variáveis preditoras testadas para multicolinearidade.

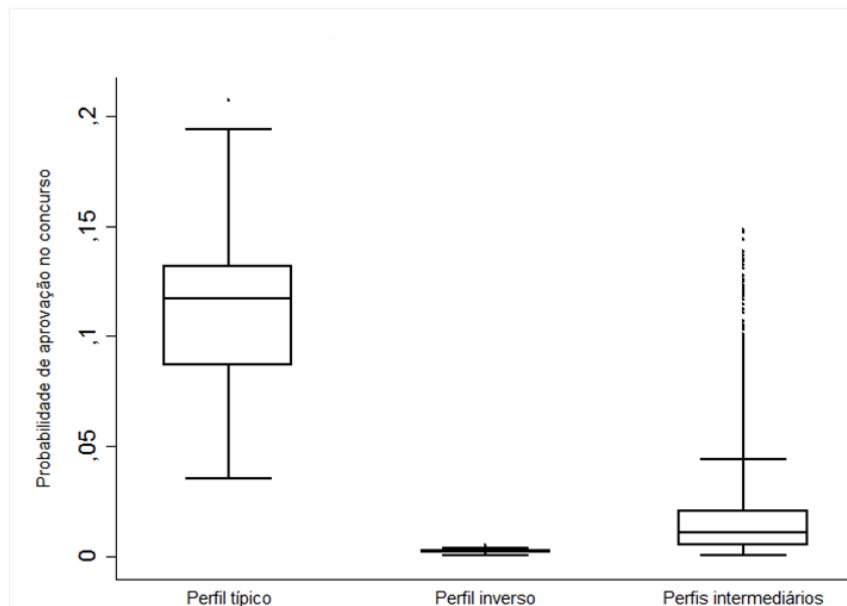
Fonte: Microdados do RA/ENAMAT-TST, do CD/IBGE, do CNEFE/IBGE, do DNE/ECT, da RAIS/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.

Figura 1 – Probabilidades de aprovação no CPNU, de acordo com alguns atributos sociais, educacionais e laborais dos candidatos



Fonte: Microdados do RA/ENAMAT-TST, do CD/IBGE, do CNEFE/IBGE, do DNE/ECT, da RAIS/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.

Figura 2 – Probabilidades de aprovação no CPNU, de acordo com o perfil dos candidatos (típico ou não típico)



Fonte: Microdados do RA/ENAMAT-TST, do CD/IBGE, do CNEFE/IBGE, do DNE/ECT, da RAIS/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.

Tabela 6 – Probabilidades de aprovação no CPNU, de acordo com o perfil dos candidatos (típico ou não típico)

	Média	Desvio-padrão	Nº
Perfil típico	0,114	0,036	168
Perfil inverso	0,002	0,001	352
Perfis intermediários	0,016	0,018	11.355

Fonte: Microdados do RA/ENAMAT-TST, do CD/IBGE, do CNEFE/IBGE, do DNE/ECT, da RAIS/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.



Na média, a probabilidade de aprovação de um candidato que tenha, de maneira simultânea, os seis atributos anteriores, é 57 vezes maior que a probabilidade de aprovação de um candidato que, também de modo simultâneo, não tenha nenhum desses seis atributos.

6. Considerações finais

Nesta seção dedicada a considerações finais, destacam-se alguns dos principais achados empíricos presentes neste relatório de pesquisa.

De início, no que se refere ao perfil social e educacional, a análise mostra que o aprovado no CPNU é residente do Sul/Sudeste, com idade entre 27 e 31 anos, não negro, solteiro, sem deficiência, oriundo de um estrato social mais elevado e com título de pós-graduação *lato sensu* (especialização).

Por sua vez, no que diz respeito ao perfil laboral, a análise demonstra que o aprovado no concurso é tipicamente um indivíduo com experiência prévia como assalariado – especialmente no setor público e, mais ainda, no próprio Poder Judiciário (inclusive na própria Justiça do Trabalho).

Em boa medida, a trajetória laboral do aprovado no CPNU nos dez anos entre 2008 e 2017 confirma o que é visto no perfil desse indivíduo em 2017. Afinal de contas, trata-se de uma trajetória construída por meio do assalariamento, no setor público e, em especial, no Poder Judiciário Federal (que inclui a Justiça do Trabalho).

Ademais, trata-se de uma trajetória cada vez mais densa (no sentido de menos sujeita a interrupções por desemprego ou inatividade) e cada vez melhor remunerada (com salários/remunerações que crescem quase 10% reais ao ano). A este respeito, vale destacar que, mesmo com tal crescimento, no ano de 2017, os salários/remunerações não alcançam os subsídios de um Juiz Substituto do Trabalho.

Por fim, entre os achados empíricos presentes neste relatório, mencione-se a influência de alguns atributos sociais, educacionais e laborais para a aprovação no CPNU. As chances/probabilidades de aprovação são bastante afetadas pela idade mais reduzida, pela realização de pós-graduação *lato sensu*, pelo estrato social mais elevado de origem, pelo trabalho no setor público – e, em particular, no Poder Judiciário – e pelo trabalho melhor remunerado.

Tudo o mais constante, os indivíduos que acumulam todos esses traços contam com probabilidades de aprovação 57 vezes maiores que as dos que não possuem nenhuma dessas características sociais, educacionais e laborais. Talvez isso seja um

indício relevante de que o CPNU, de forma planejada/deliberada ou não, ao longo de suas sucessivas etapas/provas, selecionou um perfil bem delineado de candidatos ao cargo de Juiz Substituto na Justiça do Trabalho.

De toda maneira, neste momento específico, não vale a pena entrar a fundo na discussão desse possível padrão de seletividade encontrado no concurso, pois ele será o objeto central do próximo relatório a ser apresentado no âmbito do projeto *Seleção e Recrutamento de Magistrados e Acesso à Justiça do Trabalho*, desenvolvido em conjunto pela ENAMAT-TST e pelo IPEA.

7. Bases de dados

- . RA/ENAMAT-TST: Registros administrativos dos candidatos inscritos no CPNU, disponibilizados pela ENAMAT-TST. Base de dados não disponível aos pesquisadores em geral.
- . RAIS/SPT-ME – Relação Anual de Informações Sociais da Secretaria de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. Base de dados com descrição disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/rais>>.
- . CNPJ/SRF-ME: Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Economia. Base de dados com descrição disponível em: <<http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/cadastro-nacional-de-pessoas-juridicas-cnpj/dados-publicos-cnpj>>.
- . CD/IBGE – Censo Demográfico – Universo – do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Base de dados com descrição disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>.
- . PNAD/IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Anual e Contínua – do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Base de dados com descrição disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>> e, também, em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>>.
- . CNEFE/IBGE – Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Base de dados com descrição disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/cnefe/>>.
- . DNE/ECT: Diretório Nacional de Endereços da Empresa de Correios e Telégrafos. Base de dados com descrição disponível em: < <https://www.correios.com.br/a-a-z/dne>>.

8. Referências bibliográficas

Nesta seção, apresenta-se uma compilação atualizada de referências bibliográficas a respeito de três temas conexos: concursos públicos, concursos públicos para recrutamento de magistrados e perfis de magistrados no Brasil.

Em primeiro lugar, as pesquisas já produzidas no Brasil sobre concursos públicos somam os seguintes trabalhos: ALBRECHT, P. A. T.; KRAWULSKI, E. Concurseiros e a busca por um emprego estável: reflexões sobre os motivos de ingresso no serviço público (2011); ALBRECHT, P. Sentidos do trabalho para concurseiros: a busca do emprego estável como estratégia de inserção no mundo do trabalho (2010); ARAÚJO, H. A construção do *ethos* concurseiro: mérito e experiência moral na competição por cargos públicos (2016); CARNEIRO, M. A. S. Concurso Público enquanto Instrumento de Exercício da Cidadania: análise-crítica da experiência da reestruturação das carreiras exclusivas de Estado no Fisco da Bahia (2011); CASTELAR, I.; FERREIRA, R. T.; SOARES, I.; VELOSO, A. W. A. Uma análise dos determinantes de desempenho em concurso público (2010); CUNHA, E. M. Concurso Público. Visão Jurisprudencial (1999); DESCARDECI, M. A. A. de S. O Concurso Público: um evento de letramento em exame (1992); FONTAINHA, Fernando de Castro; GERALDO, Pedro Heitor Barros; VERONESE, Alexandre; ALVES, Camila Souza. O concurso público brasileiro e a ideologia concurseira (2016); FONTAINHA, Fernando de Castro; GERALDO, Pedro Heitor Barros; VERONESE, Alexandre; ALVES, Camila Souza. A ideologia concurseira. Quando falta mérito à meritocracia (2016); FONTAINHA, Fernando de Castro; GERALDO, Pedro Heitor Barros; VERONESE, Alexandre; ALVES, Camila Souza; FIGUEIREDO, Beatriz Helena Fonseca; WALDBURGER, Joana. Processos seletivos para a contratação de servidores públicos: Brasil, o país dos concursos? (2013); FONTAINHA, Fernando de Castro; PACHECO, João Pedro. O concurso público no Brasil à luz de 30 anos de propostas de emenda à Constituição: um breve ensaio (2018); LUZ, L.; SILVA, C. O exercício do estudar nos cursinhos destinados aos concursos públicos (2008); MACHADO JÚNIOR, A. Controle Jurisdicional nos Concursos Públicos (2006); MARTINO, A. S. de. Coerência e coesão na interpretação de textos em provas de concursos públicos (2008); MEIRELLES, D. Cursos jurídicos preparatórios: espaço de formação profissional, reflexo da deformação do

ensino ou reprodução de ideais corporativos? (2004); NOGUEIRA, B. Concurseiros: motivos e métodos para ingressar no serviço público (2015); SANTOS, A. Os concursos públicos no campo jurídico-acadêmico (2014); SILVA, B. Sujeitos de estado: aprendizado e tradição de conhecimento na preparação para concursos públicos da burocracia fiscal (2019); VELOSO, A. Determinantes de desempenho em concursos públicos: um estudo de caso (2010).

Em segundo lugar, as pesquisas já produzidas no Brasil sobre concursos para a magistratura contam com os seguintes trabalhos: COUTO, Luiza C. C. A. Vocação ou estratégia? O dilema dos concursos públicos de magistratura no Brasil (2014); FONTAINHA, Fernando de Castro. Fabricando vocação, mérito e moralidade: candidatos a juiz na França e seus dossiês (2017); FONTAINHA, Fernando de Castro. Interação Estratégica e Concursos Públicos: Uma Etnografia do Concurso da Magistratura Francesa (2014); FONTAINHA, Fernando de Castro. Como se faz um juiz na França: uma revisão de literatura (2014); FONTAINHA, Fernando de Castro. O Perfil do Aluno da EMERJ: Um estudo sobre 'concursandos' (2011); FONTAINHA, Fernando de Castro. O Grande oral: Professores e juízes no campo jurídico francês (2010); FONTAINHA, Fernando de Castro. Como Tornar-se Juiz? Uma Análise Interacionista Sobre o Concurso da Magistratura Francesa (2013); FREITAS, G. M. B. Seleção de magistrados no Brasil e o papel das escolas de magistratura: algumas reflexões para a magistratura do trabalho (2008); PASSOS, D. Concurso público para a magistratura: repensando o modelo de seleção e o papel dos juízes na democracia brasileira (2018); PASSOS, D. Concurso público e transformações no judiciário brasileiro: o modelo de seleção e as novas competências para o exercício da magistratura (2013)

E, em terceiro lugar, as pesquisas já produzidas no Brasil acerca do perfil sociodemográfico da magistratura brasileira em geral, desde a década de 1990 contam com os trabalhos da professora Maria da Glória Bonelli (Profissionalismo e diferença de gênero na magistratura paulista, 2010); Profissionalismo, gênero e significados da diferença entre juízes e juízas estaduais e federais (2011); Do professor Frederico Normanha Ribeiro de Almeida: A nobreza togada: As elites jurídicas e a política da justiça no Brasil (2010). Da Dra Veridiana P. Parayba Campos: A chegada das Meritíssimas: um

estudo sobre as relações entre agência individual, ocupação feminina de um espaço de poder e mudança social (2015); Dos (as) juristas e professores (as): Eliane Botelho Junqueira, José Ribas Vieira e Maria Guadalupe Piragibe da Fonseca: Juízes: retrato em preto e branco (1997); Dos (as) professores (as) e juristas Mônica de Melo, Marcelo Nastari e Letícia Massula: A participação da mulher na magistratura brasileira (2005); Da professora Melissa Moreira Pugliesi: A feminização na magistratura trabalhista: um estudo sobre o aumento da participação feminina na carreira (1999); Da professora Dra Maria Tereza Aina Sadek: Magistrados: uma linguagem em movimento (2006); Da Dra Marina França Santos: A importância da diversidade de gênero nos tribunais superiores brasileiros: o princípio da imparcialidade forte a partir da *standpoint theory* (2016); Da professora Dra. Fabiana Cristina Severi: O gênero da justiça e a problemática da efetivação dos direitos humanos das mulheres (2016). Da mestra Raíza Feitosa Gomes: Magistradas negras no poder judiciário brasileiro: representatividade, política de cotas e questões de raça e gênero (2018); Dos (as) professores (as) e juristas: Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho, Manuel Palácios Cunha Melo e Marcelo Baumann Burgos: Corpo e alma da magistratura brasileira (1997). Da Dra Ana Paula Sciammarella (2019): Magistratura das magistradas: Uma análise da condição profissional feminina no Judiciário fluminense; Da mestra Adriana Alves (2019): Onde estão os (as) juízes (as) negros (as) no Brasil? Recorte racial na magistratura brasileira: perspectivas sociais e políticas. Destacam-se também os Censos do Poder Judiciário, realizados nos anos de 2014 e 2018, dos estudos realizados pela Escola Nacional de Magistratura do Trabalho (ENAMAT) no ano de 2019, sobre a dificuldade na carreira das magistradas trabalhistas e pela Associação de Magistrados Brasileiros (AMB), intitulada Quem somos: a magistratura que queremos, no ano de 2018; e por fim, a pesquisa da Fapesp, intitulada Magistratura em transformação, publicada este ano analisando este perfil comprando os dados atuais com os produzidos na década de 1990.

9. Apêndice – Custos financeiros para a aprovação no concurso

Neste apêndice, apresentam-se algumas informações sobre os custos financeiros enfrentados pelos candidatos que conseguiram a aprovação no CPNU. As informações referem-se a:

- a) Valores gastos em rubricas consideradas importantes para a aprovação (gastos com cursos preparatórios, com materiais de estudo, com simulados etc.);
- b) Origens dos recursos gastos (o próprio candidato, algum parente do candidato, algum amigo do candidato e assim por diante);
- c) Etapas do CPNU em que os gastos apresentaram valores mais expressivos (prova objetiva, prova discursiva, prova de sentença etc.).

Essas informações são oriundas de um *survey*, que enfocou especificamente os gastos financeiros de cada um dos candidatos – gastos necessários para a aprovação no CPNU. Tal levantamento foi desenvolvido pela ENAMAT-TST e pelo IPEA, e aplicado por *e-mail* junto aos 13.604 candidatos do concurso (incluindo os 229 aprovados), ao longo dos meses de setembro e outubro de 2019.

Dos 13.604 candidatos que receberam o convite para responder às questões do *survey*, 1.901 efetivamente responderam (14,0% do total). E, com o intuito de minimizar eventuais vieses de auto-seleção/auto-resposta (típicos desse tipo de levantamento), foi aplicado um procedimento de pós-estratificação/ponderação, utilizando-se os seguintes atributos dos candidatos: sexo, idade, instrução e etapa mais avançada de aprovação no CPNU.

Ressalve-se que as informações de gastos financeiros apresentadas neste apêndice são parciais (pois o *survey* contém vários outros tipos de dados que não são aqui exibidos), bem como são preliminares (pois os dados ainda estão sujeitos a tratamentos/refinamentos). Com as informações apresentadas neste apêndice, a ideia é apenas adiantar elementos que podem ajudar na compreensão do perfil de candidatos aprovados no CPNU, descrito mais acima.

Algumas informações que talvez mereçam destaque:

a) Em uma média aritmética simples, os gastos financeiros totais de cada um dos candidatos que conseguiram aprovação no CPNU (gastos exclusivamente com este concurso) chegaram a R\$ 36.163,35 (considerando a mediana, e não a média, esses valores alcançaram R\$ 30.500,00) (tabela 7).

b) Os gastos mais expressivos disseram respeito, pela ordem: a simulados preparatórios (provas simuladas); cursos preparatórios (cursos, aulas avulsas etc.); passagens, hospedagens, alimentação e deslocamento; profissionais de apoio à preparação (profissionais de *coaching*); profissionais de saúde (psicólogos, fonoaudiólogos, médicos etc.); materiais de estudo (livros, apostilas, artigos etc.); vestimentas (roupas, sapatos, acessórios etc.); computadores e aplicativos (computadores, *softwares* jurídicos etc.); e suplementos (vitaminas etc.) e medicamentos (calmantes, estimulantes etc.) (tabela 7 e gráfico 18).

c) Na ampla maioria dos casos, os gastos financeiros de cada um dos candidatos que conseguiram aprovação no CPNU foram arcados por eles mesmos, por meio de recursos próprios (e não emprestados). Além disso, esses gastos foram mais expressivos durante a realização da quarta etapa do concurso (a prova oral) (gráficos 19 e 20).

Tabela 7 - Custos financeiros para participar do CPNU – apenas candidatos aprovados (em R\$ de outubro de 2019)

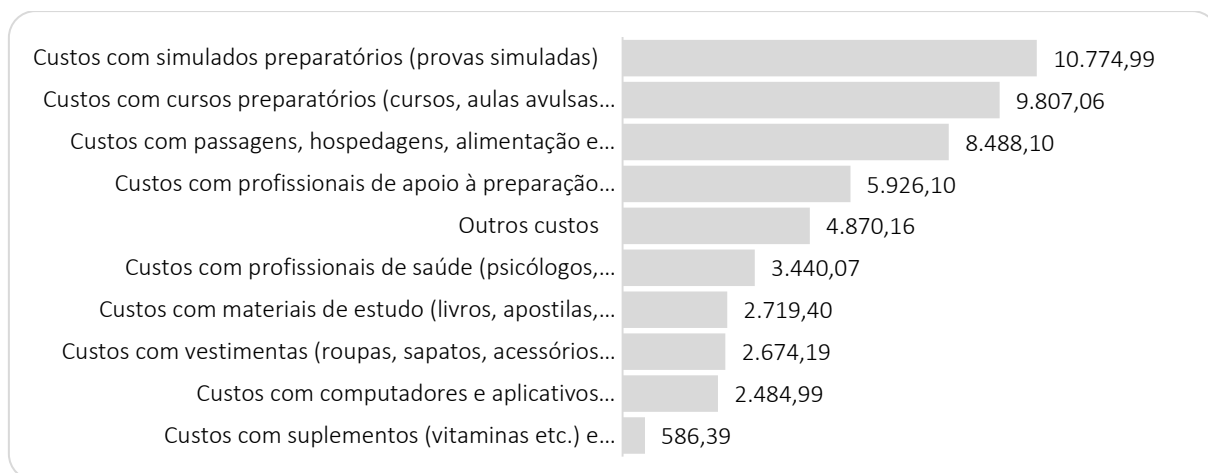
	Média	Desvio padrão	Mediana
Custos com cursos preparatórios (cursos, aulas avulsas etc.)	9.807,06	10.974,40	6.000,00
Custos com materiais de estudo (livros, apostilas, artigos etc.)	2.719,40	2.433,42	2.000,00
Custos com simulados preparatórios (provas simuladas)	10.774,99	7.889,36	10.000,00

Custos com computadores e aplicativos (computadores, softwares jurídicos etc.)	2.484,99	1.912,81	2.000,00
Custos com profissionais de apoio à preparação (profissionais de 'coaching')	5.926,10	6.703,05	5.000,00
Custos com profissionais de saúde (psicólogos, fonoaudiólogos, médicos etc.)	3.440,07	4.427,80	2.000,00
Custos com suplementos (vitaminas etc.) e medicamentos (calmantes, estimulantes etc.)	586,39	357,68	500,00
Custos com vestimentas (roupas, sapatos, acessórios etc.)	2.674,19	4.429,10	2.000,00
Custos com passagens, hospedagens, alimentação e deslocamento	8.488,10	10.788,89	5.000,00
Outros custos	4.870,16	4.919,13	2.000,00
Custos totais ⁶	36.163,35	27.603,01	30.500,00

Nota: Microdados amostrais com pós-estratificação (por sexo, idade, instrução e etapa de aprovação no CPNU) e ponderação pelo resultado da pós-estratificação. Fonte: Microdados do *Survey* ENAMAT-TST/IPEA.

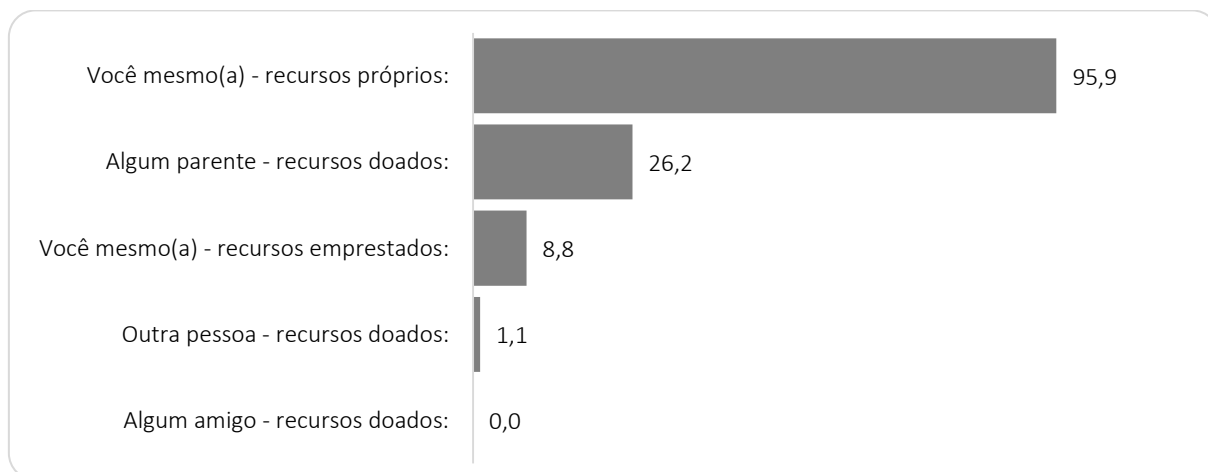
⁶ Note-se que a média de custos totais não corresponde à soma simples das médias de todos os tipos de custos, devido ao fato de, em meio aos respondentes do *survey*, existirem números distintos de respondentes para cada tipo de custo.

Gráfico 18 – Média de custos financeiros para participar do CPNU – apenas candidatos aprovados (em R\$ de outubro de 2019)



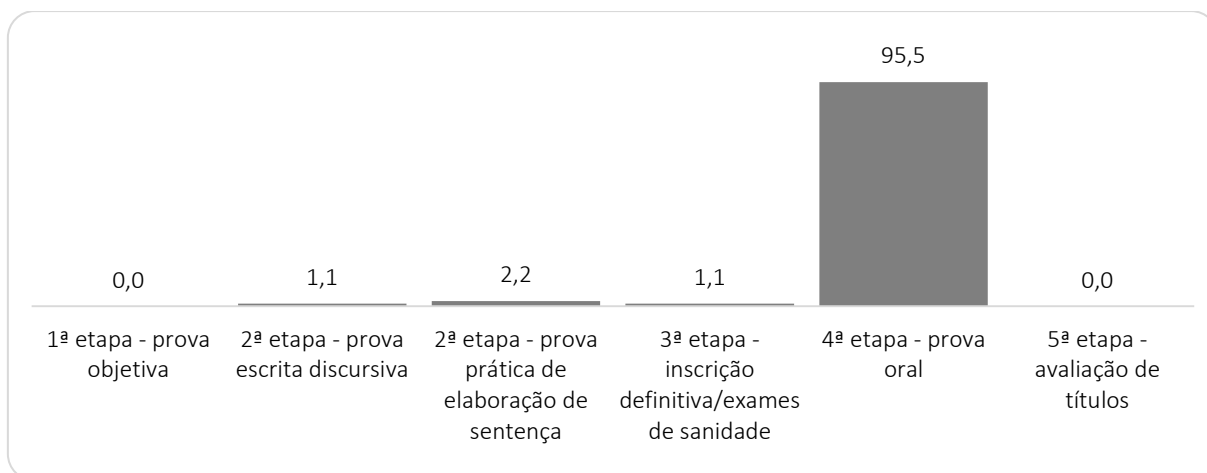
Nota: Microdados amostrais com pós-estratificação (por sexo, idade, instrução e etapa de aprovação no CPNU) e ponderação pelo resultado da pós-estratificação. Fonte: Microdados do *Survey ENAMAT-TST/IPEA*.

Gráfico 19 – Quem arcou com os custos financeiros para participar do CPNU – apenas candidatos aprovados – múltipla resposta (%)



Nota: Microdados amostrais com pós-estratificação (por sexo, idade, instrução e etapa de aprovação no CPNU) e ponderação pelo resultado da pós-estratificação. Fonte: Microdados do *Survey ENAMAT-TST/IPEA*.

Gráfico 20 – Etapa em que os custos financeiros para participar do CPNU foram mais elevados – apenas candidatos aprovados – resposta única (%)



Nota: Microdados amostrais com pós-estratificação (por sexo, idade, instrução e etapa de aprovação no CPNU) e ponderação pelo resultado da pós-estratificação. Fonte: Microdados do *Survey ENAMAT-TST/IPEA*.